



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JÉSSICA GIULIANA GUEDES ROCHA

CASA DA MULHER BRASILEIRA EM BRASÍLIA: UM MECANISMO DE
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISTRITO FEDERAL

Brasília, DF

2017

JÉSSICA GIULIANA GUEDES ROCHA

**CASA DA MULHER BRASILEIRA EM BRASÍLIA: UM MECANISMO DE
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISTRITO FEDERAL**

Relatório de Análise de Políticas Públicas a ser apresentado como trabalho final da disciplina de “Residência em Políticas Públicas”.

Orientadora: Prof. Dr.^a Graziela Dias
Teixeira

Brasília, DF

2017

A todas as mulheres que sentiram as dores de viver em sociedade que nos odeia. A todas que sobreviveram.

AGRADECIMENTOS

A Deus que guia meus passos e me permite ter uma vida cheia de sonhos.

Agradeço aos meus pais Marcos e Beatriz por cada esforço que vocês fizeram por mim e pelos meus irmãos, obrigada por todos os incentivos e por quererem me ver sempre melhor. Aos meus muitos irmãos Deborah, Matheus, Maria, Raquel e Clara, obrigada pela parceira e por todas as piadas sobre esse longo caminho na UnB.

Aos meus avôs por todo amor e carinho, especialmente ao meu avô Acácio que se foi há pouco tempo.

Agradeço a todos os meus familiares que me sempre foram atenciosos e amorosos, estendo meus agradecimentos a Neide e Bolívar por me receberem tantas vezes em suas casas.

Ao meu companheiro de vida e melhor amigo, Guilherme. Nunca vão existir palavras suficientes para agradecer esses últimos tempos. Se esse trabalho existe é porque você me ajudou e me fez acreditar nele. Obrigada!

Aos meus amigos da UnB por todos os dias no pico, abraços no corredor e luta por ideais.

Ao CAPOP e a Roda das Minas, que me ensinaram tanto e foram meu lar por quase 4 anos.

À minha orientadora, Professora Graziela, obrigada por ter aceito orientar minha pesquisa e por ter feito dos nossos encontros momentos únicos de crescimento e aprendizado.

Aos professores de GPP, e às funcionárias do Departamento.

Aos servidores da Casa da Mulher Brasileira por receberem esta pesquisa, especialmente Melissa Lemos.

Um homem não te define
Sua casa não te define [...]
Você é seu próprio lar
(Francisco, el Hombre, 2016.)

RESUMO

Esta pesquisa discute a atuação da Casa da Mulher Brasileira (CMB), em Brasília, sob a perspectiva de redes de Políticas Públicas, investigando como esta utiliza as diretrizes da política na condução de seus trabalhos e a configuração de integração dos serviços especializados que a compõem. A violência doméstica é um problema grave no Brasil e existem várias políticas públicas sendo implementadas para o enfrentamento e atendimento às vítimas, a exemplo do Programa Mulher, Viver Sem Violência, de onde a CMB se originou. O objetivo deste trabalho é investigar em que medida o Programa Mulher, Viver Sem Violência por meio da Casa da Mulher Brasileira pode auxiliar no combate à violência doméstica no Distrito Federal. Na imersão foi utilizado o método de observação participante, com realização de entrevistas semiestruturadas em todos os serviços atuantes na casa e pesquisa documental. Desta forma, pode-se perceber a importância de existência de um serviço inovador na sua atuação e potencial para o enfrentamento da violência e atendimentos das mulheres, porém a pesquisa também identificou falhas de integração ocasionadas pela ausência de um sistema eletrônico de coleta de dados, não observância das diretrizes de funcionamento 24 horas, além da ausência de outros serviços previstos.

Palavras-chave: Violência doméstica; Casa da Mulher Brasileira; Redes de Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Relação dos entrevistados por função.....	27
Gráfico 1 - Atendimento das Mulheres CMB (2015-2017)	30
Gráfico 2 - Atendimento Psicossocial.....	31
Ilustração 1 - Fachada da Casa da Mulher Brasileira em Brasília.....	34
Ilustração 2 - Infográfico Disposição dos Serviços Especializados. CMB.....	35
Ilustração 3 - Organograma da SEDESTMIDH.....	36
Ilustração 4 - Serviços Especializados da CMB.....	37
Ilustração 5 - Concepção dos Atendimentos.....	39
Quadro 2 - Capacitações do SPAE por área.....	40
Ilustração 6 - Mapa de atores.....	43
Quadro 3 - Formação Profissional dos servidores.....	43
Gráfico 3 - Tempo de atuação na CMB.....	44
Gráfico 4 - Importância de Atuação da CMB e percepção do Serviço.....	45
Gráfico 5 - Articulação dos Serviços Especializados CMB.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de Atendimentos de violência doméstica SUS em 2014.....	18
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher

CEDAW/ONU – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Da sigla inglesa)

CMB – Casa da Mulher Brasileira

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à mulher

FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LPM – Lei Maria da Penha

OMS/OPS – Organização Mundial da Saúde/ Organização Pan-americana de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PROVID – Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SPAEE – Serviço de Promoção e Autonomia Econômica

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Sumário

1. Introdução.....	11
1.2. Descrição da política pública.....	12
2. Referencial teórico.....	16
2.1. Violência contra a mulher.....	16
2.1.1. Violência doméstica.....	18
2.2. Implementação de Políticas Públicas.....	22
2.3. Redes de Políticas Públicas.....	24
2.3.1. Redes de Políticas Públicas na assistência às mulheres vítimas de violência.....	25
3. Procedimentos metodológicos.....	26
4. Diagnóstico da política pública.....	28
4.1. Dados de Atendimento na CMB de 2015 a 2017.....	29
4.2. A atuação da CMB em Brasília e sua relação com as diretrizes gerais e protocolos de atendimento da Casa da Mulher Brasileira.....	32
4.2.1. Recepção, Triagem e Acolhimento.....	37
4.2.2. Serviço de Promoção da Autonomia Econômica (SPAÉ).....	39
4.2.3. Brinquedoteca.....	41
4.3. Integração dos Serviços especializados na estrutura da CMB-Brasília com a perspectiva de Rede de Políticas Públicas.....	42
5. Considerações Finais.....	48
Referências Bibliográficas.....	51
Apêndice.....	54
Anexo.....	56

1. Introdução

Esta pesquisa se propôs a fazer uma análise da atuação da **Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Brasília**, concebida como uma das ações prioritárias do Programa Federal Mulher, Viver Sem Violência, oficializado pelo Decreto nº 8086/13. O programa tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira (BRASIL, 2013).

A Casa da Mulher Brasileira em Brasília foi a segunda casa a ser inaugurada no país, no ano de 2015. Do período em que iniciou o seu funcionamento até setembro de 2017 aconteceram aproximadamente 4753 atendimentos a mulheres vítimas de violência. A CMB, seguindo o objetivo do Programa Mulher, Viver Sem Violência de promoção da autonomia financeira das vítimas, formou 470 mulheres em cursos profissionalizantes, além de oferecer capacitações, palestras, encontros e visitas guiadas (GOVERNO DE BRASÍLIA, 2017).

A principal inovação da CMB, segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), é a disponibilização de diversos serviços dentro da mesma estrutura física, a fim de evitar que a mulher vítima de violência tenha que ir a vários locais diferentes em busca dos serviços necessários ao seu atendimento. Para isto, é possível que dentro do mesmo espaço a mulher conte com serviços especializados para os mais diversos tipos de violência de gênero como: “acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; juizado; Ministério Público; Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes” (MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS, 2015).

Dentro da CMB, atuam a Delegacia de Atendimento à Mulher, o Centro Especializado de Atendimento à Mulher, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Centro Judiciário da Mulher. Estas várias frentes de atuação respondem coletivamente pelo acolhimento humanizado às vítimas.

A Casa da Mulher Brasileira em Brasília foi escolhida como local da imersão por ter proposta inovadora de enfrentamento à violência contra a mulher, pela integração de diversos serviços em uma abordagem humanizada e multidisciplinar. O Programa Mulher, Viver Sem Violência é uma Política Pública Federal com

participação de esferas estaduais e municipais, configurando um esforço conjunto de acolhimento e combate às diversas violências que atingem as mulheres brasileiras e especialmente as violências que se inserem no contexto da violência doméstica, foco desta pesquisa.

No Brasil, a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física, (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2017). Esses números altos também são realidade do Distrito Federal, que, de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem 1.337.726 mulheres, o que soma 52% de sua população. O DF figura com um alto índice de violência de gênero: foram 11,9 atendimentos femininos relacionados à violência doméstica e sexual a cada 10 mil habitantes registrados em 2014 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN (WAISELFISZ, 2015).

O Disque 180, cuja ampliação está definida no programa Mulher, Viver Sem Violência, recebeu em 2015 o total de 76.651 relatos de violência. Destes, 50% se referem à violência física. No total, 86,56% das denúncias são sobre violência doméstica e incluem violências psicológicas, morais, sexuais, cárcere privado e violência patrimonial. Em 72% dos casos, a violência foi cometida por homens das quais as mulheres tiveram ou tem vínculo afetivo (namorado, marido, cônjuge, amante). Em 2015, o DF foi a unidade da federação com maior taxa de registro de atendimentos no ligue 180. (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2016)

1.2. Descrição da política pública

O Programa Mulher, Viver Sem Violência integra a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e também as ações de implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que foi lançado em 2013 pela Presidenta Dilma Rousseff. A coordenação do programa é realizada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) em conjunto com os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego. Vinte e seis unidades da Federação aderiram ao programa por meio de ato público (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2014).

O Programa surgiu a partir dos Pactos Nacionais de enfrentamento à violência e de convenções que pensaram políticas para mulheres (SECRETARIA DE POLÍTICA

PARA MULHERES, 2015), além de ser ajuizado na perspectiva de cumprimento do Artigo 8º da Lei Maria da Penha que determina que o Estado realize políticas públicas que visem coibir a violência doméstica sendo realizados por meio de um “conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e de ações não governamentais” (BRASIL, 2006, p2).

A Lei Maria da Penha (LMP) tem uma relação indivisível com a existência do Programa Mulher, Viver Sem Violência. No texto da Lei 11.340, existe a previsão de obrigação do poder público da criação de políticas públicas que integrem a rede de enfrentamento e atendimento, incluindo o fornecimento de serviços multidisciplinares. A LMP é pioneira em legislação sobre violência doméstica, e leva esse nome em homenagem a luta da farmacêutica Maria da Penha que sofreu duas tentativas de assassinato pelo marido ocasionando sua paralisia. Em 2008 a LMP foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações de enfrentamento a violência de gênero no mundo (OIT, 2012). Uma pesquisa estimou que 98% dos brasileiros conhecem a legislação e 86% dos entrevistados acreditam as mulheres passaram a denunciar com mais frequências casos de violência (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)

O Programa Mulher, Viver Sem Violência tem por objetivo a integralização e ampliação de serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, por intermédio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, justiça, rede socioassistencial e promoção da autonomia financeira. O desenvolvimento do programa foi estabelecido considerando:

I - implementação das Casas da Mulher Brasileira, que consistem em espaços públicos e se concentraram os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência; II - ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180; III - organização, integração e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; IV - ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, que consistem em serviços especializados de atendimento às mulheres nos casos de violência de gênero, incluídos o tráfico de mulheres e as situações de vulnerabilidades provenientes do fenômeno migratório; e V - promoção de campanhas continuadas de conscientização do enfrentamento à violência contra a mulher (Brasil, 2013, p 1).

Dentre estes elementos citados do Programa Mulher, Viver Sem Violência, a Casa da Mulher Brasileira será o eixo deste trabalho, uma vez que se configura como uma das prioridades do programa.

Essa política pública é desenvolvida para mulheres vítimas de violência, e tem em uma de suas diretrizes a observância do respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização.

Para execução deste relatório, foi utilizada a seguinte pergunta norteadora de pesquisa: **Em que medida o Programa Mulher, viver sem violência, por meio da Casa da Mulher Brasileira, pode auxiliar no combate à violência doméstica no Distrito Federal?**

A fim de respondê-la, traçou-se como objetivo geral: Investigar em que medida o Programa Mulher, Viver Sem Violência por meio da Casa da Mulher Brasileira pode auxiliar no combate à violência doméstica no Distrito Federal atuando em rede com outras instituições. Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Levantar os dados sobre os atendimentos das vítimas de violência doméstica atendidas na CMB de 2015-2017;
- Averiguar a atuação da CMB na implementação do Programa Mulher Viver sem Violência considerando a responsabilidade do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal em cada um dos serviços especializados oferecidos;
- Verificar a articulação dos sistemas especializados dentro da estrutura da CMB considerando as redes de políticas públicas.

Estrutura do Relatório

A primeira seção contém o **referencial teórico** acerca de Violência de Gênero, Violência Doméstica e seus cinco desdobramentos (moral, física, simbólica, psicológica e patrimonial). Teorias sobre conceituação de Políticas Públicas, Implementação de Políticas Públicas, Redes de Políticas Públicas e Redes de Políticas Públicas no Enfrentamento à violência doméstica.

Na segunda seção estão descritos os **procedimentos metodológicos** e a estruturação de todos os objetivos específicos.

A terceira seção é a análise e demonstração dos dados de atendimento obtidos na CMB no período de 2015 a 2017, segundo o primeiro objetivo específico. A quarta seção é a averiguação da atuação dos serviços especializados em referência as diretrizes de atuação e os protocolos de atendimentos. Na quinta seção será discutida a integração dos serviços especializados em uma perspectiva de redes de políticas públicas.

A última seção são as considerações finais do relatório onde estão sintetizadas as descobertas da pesquisa e sugestões para atuação da CMB.

2. Referencial teórico

Este referencial vai discutir conceitos sobre violência de gênero, especificidades da violência doméstica, políticas públicas e sua implementação, redes de políticas públicas para enfrentamento e suporte às vítimas de violência doméstica.

2.1. Violência Contra a Mulher

A Organização das Nações Unidas (ONU), em sua Declaração Sobre A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres, caracteriza a Violência de Gênero como uma grave violação dos Direitos Humanos. O documento reconhece esse tipo de violência como uma manifestação das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, que historicamente se deram de forma heterogênea e levaram ao domínio e à discriminação por parte dos homens, impedindo assim o pleno progresso das mulheres. Para a ONU (1993, p.3), “a violência contra as mulheres constitui um dos mecanismos sociais fundamentais através dos quais as mulheres são forçadas a assumir uma posição de subordinação em relação aos homens”.

Nascimento (2002) afirma que a violência contra a mulher transpassa as classes sociais, ideologias, raças e etnias, uma vez que suas causas são referentes à hierarquia de gênero, na qual o masculino domina o feminino e que, portanto, ela não se dá apenas em casos de vulnerabilidade econômica.

A Violência contra a mulher, praticada pelos homens, exprime a vontade explícita de subjuga-las a suas vontades e é marcada por abusos que vão além do físico e podem ser psicológicos, sexuais e econômicos. Estas violências podem destruir a saúde, causar danos físicos e mentais, além de negar a autoestima e tornar a mulher vulnerável e socialmente marginalizada dos processos de poder e tomada de decisão. (NASCIMENTO, 2002)

A Violência contra as mulheres assume diferentes formas. A ONU (1993) a conceitua como qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada (Declaração Sobre A Eliminação Da Violência

Contra As Mulheres, ONU, 1993).

A Lei Maria da Penha, uma das legislações mais importantes de combate à Violência de Gênero no Brasil – em resposta às recomendações do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW/ONU), da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – trouxe ao Estado brasileiro, junto às demandas feministas e de movimentos sociais organizados, avanços legais consideráveis que reconhecem a importância e necessidade de redes de atendimento às vítimas. (CALAZANS, 2011)

O Brasil concentra a quinta maior taxa de feminicídios do mundo. São 4,8 para 100 mil mulheres. De 2003 a 2013 foi registrado um aumento de 190,9% de mortalidade de mulheres negras enquanto esses números caíram quase 10% com relação a mulheres brancas (WAISELFIZ, 2015).

Segundo as Diretrizes Nacionais de Feminicídio (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2015), o Feminicídio é uma forma qualificada de homicídio, compreendida quando a morte de uma mulher decorre de violência doméstica e familiar ou quando provocada por menosprezo ou discriminação da condição do sexo feminino.

A Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), junto à ONU/Mulher, à OMS/OPS e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), realizou uma pesquisa sobre o Mapa da Violência de 2015. Utilizou-se fontes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, que registra os atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) no campo da violência, e da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo IBGE em 2013, que se dedica às violências não letais, através da notificação compulsória diante de suspeita e confirmação de violência. Utilizando como unidade de análise deste estudo, sintetizaram-se diversas estatísticas sobre Violência de Gênero no Brasil.

A Tabela 1 mostra números com dados de atendimentos no ano de 2014, no Brasil. Foram registrados 223.796 atendimentos a diversos tipos de violência. Estes números significam, segundo estimativa da FLACSO (2015), que a cada dia em 2014, 405 mulheres necessitaram de algum tipo de atendimento em uma unidade de saúde, por violências sofridas.

Etapa	Número				Sexo (%)			
	Fem.	Masc.	S/D	Total	Fem.	Masc.	S/D	Total
Criança	20.707	17.411	130	38.248	54,1	45,5	0,3	100,0
Adolesc.	24.708	13.248	9	37.965	65,1	34,9	0,0	100,0
Jovem	42.442	18.213	16	60.671	70,0	30,0	0,0	100,0
Adulto	52.979	21.264	13	74.256	71,3	28,6	0,0	100,0
Idoso	6.855	5.800	1	12.656	54,2	45,8	0,0	100,0
Total	147.691	75.936	169	223.796	66,0	33,9	0,1	100,0

Etapa	Estrutura (%)				Taxas de atendimento			
	Fem.	Masc.	S/D	Total	Fem.	Masc.	S/D	Total
Criança	14,0	22,9	76,9	17,1	12,4	9,9	0,0	11,1
Adolesc.	16,7	17,4	5,3	17,0	24,0	12,3	0,0	18,0
Jovem	28,7	24,0	9,5	27,1	21,9	9,6	0,0	15,8
Adulto	35,9	28,0	7,7	33,2	12,4	5,5	0,0	9,1
Idoso	4,6	7,6	0,6	5,7	4,7	5,0	0,0	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	14,2	7,8	0,0	11,1

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Tabela 1. Número, taxas de atendimento (por 10 mil) de violência doméstica, sexual ou outra no SUS, segundo UF/Região, sexo, índice de vitimização feminina (%), no Brasil, em 2014.

Fonte: WAISELFIZ, 2015

A partir da tabela 1 é possível verificar que as mulheres são a maioria das vítimas de violência doméstica e sexual atendidas no SUS durante o período apontado na tabela, com exceção dos idosos onde a maior taxa de atendimento é do sexo masculino.

2.1.1 Violência Doméstica

Violência Doméstica (também chamada intrafamiliar ou familiar) é toda ação ou omissão cometida nas relações de família por algum de seus membros que pode ameaçar a vida, a integridade física ou mental, e vir a causar danos ao desenvolvimento da personalidade e a sua liberdade (DAMÁSIO, 2015).

Para Nascimento (2002), a violência doméstica é assim designada pois ocorre de forma predominante no espaço privado. A autora considera que esta violência é mantida pelo silêncio e impunidade que a cercam. A violência doméstica é uma realidade do país, considerando os dados já expostos, mas que muitas vezes permanece escondida, uma vez que as relações familiares e domésticas estão cercadas de sentimentos de vergonha e medo. Outras razões como dependência econômica, falta de apoio, ou o mito de que a mulher deve manter sua família a todo custo.

Para Safiotti (2004), uma das características da violência doméstica é a rotinização que colabora para a codependência das mulheres de seus agressores e para o

estabelecimento da relação fixada. Ou seja, as relações de gênero incidem sobre as relações naturalizando as ideias da violência masculina e da mulher como um ser que deve suportar as agressões já que este é seu destino. Essas relações se transformam em prisões que acabam por tornar a violência doméstica habitual. Dessa forma, a violência doméstica costuma estar envolta em afetividade e dependências recíprocas, e, embora algumas mulheres possuam autonomia, elas talvez não sejam independentes daquelas relações de abuso por existirem laços afetivos. O fator financeiro também é um determinante para mulheres que dependem de seus companheiros, e que muitas vezes são mães e não tem para onde ir com os seus filhos (SAFFIOTI, 2004).

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.320/06) conceitua as seguintes formas de violência doméstica:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006, p.2)

Percebe-se que a violência doméstica é complexa e abarca inúmeras outras formas de violência e violações. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ambas ratificadas pelo Brasil, enfatiza cinco formas de violência doméstica e familiar, que serão detalhas a seguir: **sexual, física, psicológica, patrimonial, moral** (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

Violência Sexual, segundo Taquette (2007), é uma ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Manifesta-se como: expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e voyeurismo; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas - coerção física ou por medo do que venha a ocorrer.

Para Inoque (apud Williams 2002), a Violência Sexual é o delito menos denunciado na sociedade brasileira, por várias razões: o fato de a sexualidade humana ser ainda hoje tabu; sentimento de culpa, vergonha e estigma, que são favorecedores de isolamento social; e o medo de represálias e ameaça.

No Brasil, no ano de 2014, 23.630 vítimas de violência sexual foram atendidas pelo SUS segundo registro do SINAN (WAISELIZ, 2014).

A **violência física**, segundo Casique e Furegatto (2006), é mais aparente e difícil de esconder já que se reflete fisicamente. Esse tipo de violência costuma ser recorrente às mulheres que o sofrem em algum momento.

A cartilha do Conselho dos Direitos das Mulheres (SECRETARIA DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL, 2012) exemplifica a violência física em ações como: tapas, empurrões, queimaduras, puxões, beliscões, cortes, mutilações, arremesso de objetos pesados ou pontiagudos, entre outras atitudes que coloquem em risco a integridade física da vítima.

Silva et al (2007) consideram a **violência psicológica** como uma categoria negligenciada, pois está envolta em um mito – reforçado pela mídia – de que esse tipo de violência é menos grave que a violência física. Apesar de ser pouco reportada – e dos poucos estudos sobre o tema – essa violência é grave e suas consequências podem ser tão graves quanto as físicas, uma vez que causam problemas de autoestima e segurança.

A violência psicológica está presente em todos os outros tipos de violências cometidas na violência doméstica, e pode parecer diluída em outras situações e não ser de fácil reconhecimento à vítima, muitas vezes pela fragilização que ela já se encontra e ser associadas a outros tipos de problemas. Essa violência não atinge apenas a vítima de forma direta, mas afeta a todos que presenciam este tipo de situação. Esse tipo de contato com a violência pode, de forma mimética, passar no comportamento dos filhos, que podem agir de forma violenta com as irmãs, colegas, professores e no futuro com a

companheira (SILVA et al, 2007).

O Instituto Maria da Penha exemplifica algumas das formas de violência psicológica: constrangimentos, manipulação, ameaças, retirada da liberdade de crença, isolamento (não permitindo que a mulher estude, trabalhe, saia de casa, fale com parentes ou amigos), ameaças, insultos, vigilância constante e ridicularização (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2017).

Conforme conceituação da Lei Maria da Penha, a violência moral pode existir na forma de calúnia, difamação e injúria. Segundo o Código Penal Brasileiro, o crime de calúnia é a imputação a alguém de fato definido como crime; difamação é imputação de fato ofensivo à sua reputação; e injúria uma ofensa a dignidade ou decoro (BRASIL, 1940).

Para Oliveira (2008), o insulto é uma agressão à dignidade da vítima ou como uma forma de negar uma obrigação moral que pode significar em alguns casos um desrespeito. O autor considera a dignidade como uma caracterização de categoria de amostra de expressões onde as quais podem ser vistas como insulto pela vítima ou percebida da mesma forma por terceiros.

Moreira (apud Osterne, 2005) afirma que a violência moral atinge, direta ou indiretamente, a dignidade, a honra e a moral da vítima. “A violência simbólica é suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, e se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento” (Bourdieu apud Moreira, 2005, p. 400).

São exemplos de violência moral: emitir juízo moral sobre conduta, exposição da vida íntima, distorção de fatos para deixar a mulher em dúvida de sua sanidade, tentativa de manchar a sua reputação, rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre a sua índole e fazer críticas mentirosas (SECRETARIA DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL, 2012).

A dependência econômica é um fator de grande impacto na estigmatização e manutenção da violência doméstica (MOREIRA, 2005). Qualquer conduta que configure subtração, retenção, destruição total ou parcial de bens, documentos pessoais, valores, recursos e direitos econômicos é uma forma de violência patrimonial. Ela pode ser exemplificada por ações como deixar de pagar pensão alimentícia, causar danos de propósito a objetos que sejam da mulher ou que a mesma goste (como roupas, maquiagens), destruição de documentos pessoais, controle do dinheiro e privação de bens e recursos econômicos (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2017).

2.2. Implementação de Políticas Públicas

Para Souza (2006), Políticas Públicas é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Para a autora, Políticas Públicas são um campo holístico, o que implica em uma área que abarca vários conhecimentos, incluindo disciplinas, teorias e modelos analíticos. Embora seja formalmente um campo da Ciência Política, pode ser objeto de análise de outras áreas de conhecimento, o que não expressa incoerência teórica e metodológica, mas que permite outras significações.

Secchi (2010) conceitua política pública como uma diretriz para enfrentar um problema público carregando dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Embora não considere que exista consenso e uma definição única.

Rua (1999) considera que as Políticas Públicas, *policies*, são um conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores que costumam envolver mais de uma decisão e requisitam várias ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Para a autora a extensão do Público dentro das Políticas Públicas não é posta pelo tamanho do aglomerado sobre o qual atingem, mas pelo caráter imperativo uma vez que a centralidade da mesma são as decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Política Pública é conceituado por Saravia (2006) como um fluxo de decisões públicas, sendo estas dotadas de orientação para a manutenção do equilíbrio ou admissão do desequilíbrio que alterem a realidade. O autor afirma que as políticas públicas que são um sistema de decisões políticas que apontam para ações ou omissões destinadas a manter ou modificar as realidades de um ou mais setores da vida social por intermédio de objetivos e estratégias de alocação dos recursos, que se façam necessário para estabelecimentos dos objetivos definidos (SARAVIA, 2006).

Jenkins (apud Howlett, 2013) define Política Pública como um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um grupo de atores ou por um ator com uma seleção de objetivos e de meios necessários para sua realização.

Howlett (2013) afirma que muitas definições de Políticas Públicas existentes apontam o *policy-making* como um processo técnico-político que tem como desígnio a

definição e compatibilização objetivos e meios entre atores sociais com restrições. Nessas definições, as Políticas Públicas são ações do governo dotadas de intencionalidade que contém um ou mais objetivos articulados e que estes tenham sido identificados, justificados e formulados.

O ciclo de Políticas Públicas é utilizado com muita frequência dentro das discussões sobre suas fases. Howlett (2013) observa que as Políticas Públicas constituem um fenômeno complexo que possui várias fases e decisões formadas por muitos indivíduos e organizações. A fim de simplificar e esquematizar o *policy-making* foram desenvolvidas algumas teorias. No ciclo são considerados 5 estágios: montagem da agenda, formulação da política pública, tomada de decisão política, **implementação da política** e avaliação da política pública (HOWLETT, 2013).

Rua (1998) define implementação como o conjunto de ações efetivadas por grupos ou indivíduos públicos ou privados, direcionados para realização dos objetivos estabelecidos em decisões anteriores. A implementação é constituída por ações que fazem uma política sair da teoria e funcionar de fato. É necessário o acompanhamento desta fase para compreender os erros e acertos. Quando uma política envolve várias esferas e níveis de governo de regiões distintas, a implementação pode ter uma configuração problemática, pois o seu controle pode se tornar mais complexo.

Para Saravia (2013), a implementação é composta pela organização e pelo planejamento do aparelho administrativo e recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos necessários para execução de uma política. Desta forma, a implementação é definida como a preparação para colocar em prática a Política Pública e a elaboração de todos os planos e projetos que vão permitir sua execução.

Conforme defendido por Hill (apud Saravia, 2013), a implementação de Política Pública faz alusão as políticas que surgem do complexo processo decisório. Seus efeitos (*outcomes*) são resultados dos conjuntos de decisão e da implementação.

Silva et Melo (2000), em uma discussão sobre a teoria de implementação no *policy cycle*, afirmam que esta é dimensão crucial, podendo ser considerada como uma variável central que explica o sucesso ou fracasso dos governos no estabelecimento os objetivos específicos no desenho das políticas públicas. Em uma visão mais tradicionalista (*policy cycle*) a implementação é tida como o conjunto de atividades que permitem que ações sejam realizadas com objetivo de obter metas definidas no processo de formulação.

2.3. Redes de Políticas Públicas

Para Calmon et Costa (2013), a percepção de formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas não é algo novo e se dá pela tentativa de representação da natureza social e política dessas atividades com objetivo de enfatizar o caráter interorganizacional e entendendo que as mesmas não podem ser dissociadas.

Como demonstrado por Schneider (2005), a produção de uma política pública e a problematização e processo político de um dado problema social não pode mais ser um assunto privado de uma hierarquia governamental e administrativa integrada, mas que pode acontecer em diversos níveis e contextos (incluindo parcerias público-privadas e locais até a áreas de política nacional e redes transnacionais de organizações não governamentais). Considera que as redes de políticas públicas englobam muitos atores na conjuntura da produção da política de formas distintas, as redes são uma nova forma de governança política e de estímulo do uso de recursos políticos em situações de tomada de decisão, formulação e implementação de programas.

Schneider (2005), em uma revisão literária, traz uma classificação teórica a respeito das redes de políticas públicas que se faz importante para a compreensão de suas composições:

1. O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores.
2. Na formulação e implementação de políticas públicas, além de muitos atores públicos, estão envolvidos atores privados de distintos setores sociais e áreas.
3. O próprio conceito de rede se refere a vínculos diretos e indiretos relativamente duradouros, através dos quais os atores envolvidos estão integrados na formulação de políticas públicas.
4. Embora muitos atores estejam envolvidos direta e indiretamente na produção de políticas, existe entre eles diferença de poder e influência.
5. Posições de poder e influência não são determinadas somente através de status político-institucional formal, mas também por meio de vínculos informais (por exemplo, comunicação, intercâmbio de recursos, interação estratégica).

Em Kiss et al (2012), é demonstrado que a apenas a existência de um conjunto de serviços não configura uma rede, esta que é um modo de funcionamento, uma vez que um conjunto de serviços não necessariamente estabelece integração entre eles. Em uma configuração de rede, se pretende que exista uma articulação e que esse ‘modo de funcionamento’ intensifique e acrescente ações que promovam um projeto de

intervenção que seja conjunto.

Considerando as atuações das Redes de Políticas e dos muitos atores que podem fazer a sua composição, o próximo tópico discute os conceitos e a importância das Redes de Políticas Públicas na assistência às mulheres vítimas de Violência.

2.3.1. Redes de Políticas Públicas na assistência às mulheres vítimas de Violência

Damásio (2015) aponta que para o enfrentamento do problema da Violência contra a mulher, devido à complexidade do problema, é necessário que haja um grande esforço de trabalho em rede e uma composição de serviços de caracteres distintos.

Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é conceituada como uma atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais e não governamentais e a comunidade em um esforço de desenvolvimento de estratégias de políticas públicas que visem o empoderamento e a construção da autonomia das mulheres e a garantia de seus direitos humanos, além de responsabilizar os agressores e oferta de assistência qualificada em situações de violência (SPM, 2015).

No que se refere a Redes de Políticas Públicas na Assistência às mulheres vítimas de Violência, Kiss et al (2012) indicam que, além da qualidade da assistência de cada serviço, é importante que exista uma articulação maior entre eles para que se evite uma compreensão fragmentada da trajetória ou que aconteça uma limitação do acesso das ofertas assistenciais possíveis as vítimas. A fim de evitar que serviços tenham uma atuação limitada à somatória ou justaposição de intervenções, que os autores consideram como uma trama de serviços e não uma rede, essa configuração intensifica a “rota crítica”, que é o percurso que as vítimas percorrem na busca pela assistência, mas que provocam dificuldades às mulheres, pois os acessos são isolados e dificultados uma vez que podem ter acesso apenas a parcialidade dos serviços (KISS ET AL, 2012).

A Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher, na qual as Casas da Mulher Brasileira estão inseridas, tem por objetivo tornar efetivos os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, além de dar conta a toda complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres (SPM, 2015).

Esta rede é composta por órgãos federais, estaduais e municipais, agentes governamentais e não governamentais, ONGs feministas, movimentos e conselhos dos

direitos das mulheres, conselhos de controle social, núcleos de enfrentamento à violência de gênero, serviços/programas de enfrentamento à Violência contra as mulheres, redes de enfrentamento que sejam encarregados pela responsabilização dos agressores, universidades, além de serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. Os serviços de rede de atendimentos às mulheres fazem parte da composição da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência (SPM, 2015).

3. Procedimentos metodológicos

Considerando o caráter da Residência em Políticas Públicas, esta pesquisa fez uso mais intenso da **observação participante**. Segundo Richardson (1999), esta metodologia coloca o pesquisador como integrante do grupo que está sendo observado e reduz possíveis inibições artificiais. O autor avalia também que este tipo de método é vantajoso para captar os fatos logo que ocorram.

As observações participantes foram realizadas na Casa da Mulher Brasileira de agosto a outubro de 2017, embora a imersão de fato tenha se dado apenas no mês de outubro. Nesse período, foi possível acessar a maioria dos espaços da estrutura física da CMB, incluindo todos os serviços existentes. Uma pessoa de referência foi designada a auxiliar a pesquisa, isto permitiu compreender a dinâmica da atuação do serviço administrativo e de onde foi possível contatar os outros serviços especializados.

As observações foram registradas por meio de cinco diários de campo que possuíam um objetivo de acordo com os objetivos específicos e gerais traçados na pesquisa. Os diários foram entregues em formato digital, onde foram esquematizadas informações a partir de cores e recursos visuais como fotografias. Os diários eram escritos pouco tempo depois de encerrados os encontros na CMB para evitar a perda de informações importantes e foram usados para complementar as informações constantes no relatório. Para Soares et al (2011), o diário de campo tem como pressuposto o desenvolvimento do pensamento crítico e a teoria-prática e objetividade-subjetividade. A observação pode alcançar usos ainda mais complexos em níveis que englobem a teoria e questões pessoais, se mostrando com um instrumento útil para articulação

Este trabalho também realizou pesquisa **documental**. Gil (2007) considera que a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam um tratamento analítico e

que podem ser reelaboradas devido aos objetivos de pesquisa e exemplifica alguns documentos. A pesquisa documental ocorreu no que se refere a informações secundárias de coleta de dados sobre os atendimentos às vítimas e a atuação em rede do serviço. O problema da ausência de um sistema eletrônico de coleta de dados foi explorado no capítulo específico do diagnóstico dessa pesquisa. As informações constantes neste objetivo específico sobre o número de atendimentos das vítimas nos serviços especializados, psicossocial e SPAE foram disponibilizadas pela gerência de serviço a partir de uma planilha de dados que está se estruturando no programa Excel. Os dados fazem uma estimativa que não condiz inteiramente com a realidade dos atendimentos da CMB.

Foram realizadas **entrevistas** com gestores e servidores da CMB de todos os serviços presentes na estrutura, local para trazer significância ao objetivo específico de número três. Considerando o caráter qualitativo desta pesquisa, foram realizadas seis entrevistas o que não abrange a maioria dos servidores, mas que objetivou ouvir todos os serviços especializados presentes na estrutura. Os serviços entrevistados foram: Serviço de Promoção da Autonomia Financeira- SPAE, Recepção, Ministério Público, TJDFT e administrativo. As entrevistas foram gravadas integralmente em áudio e foi realizada gravação das partes mais relevantes e citadas neste relatório. Em média, cada entrevista teve duração de 15 a 20 minutos. A codificação utilizada para mencionar os entrevistados foi de letras em ordem alfabética para cada um dos entrevistados e o serviço especializado a que ele pertence. Os nomes foram preservados para conseguir uma maior adesão dos servidores, uma vez que o roteiro foi composto de perguntas que podem ser enviadas caso o entrevistado saiba que seu nome será divulgado.

Quadro 1 – Relação dos entrevistados por função

Entrevistado	Função
Entrevistado A	Chefe do SPAE
Entrevistado B	Servidora do TJDFT
Entrevistado C	Servidora da Defensoria Pública
Entrevistado D	Chefe da Recepção
Entrevistado E	Chefe da Gerência Administrativa
Entrevistada F	Servidora Administrativo

Fonte: elaboração própria

Para Minayo (2010), as entrevistas podem ser consideradas como uma conversa com objetivo específico em que existe a possibilidade de fornecimento de dados primários e secundários. Os dados primários podem ser obtidos através de outras fontes oficiais e os dados secundários (qualitativos) são atreladas as informações obtidas diretamente pelo diálogo com o entrevistado e vem da realidade de sua vivência e suas reflexões.

Esta ação aconteceu com um **roteiro semiestruturado**. Triviños (2010) aponta que este tipo entrevista é um combinado de questionamentos fundamentais, que sustentado por teorias e hipóteses que são relevantes para a pesquisa oferece vasto campo interrogativo que leva a novas hipóteses que surgem à medida que se recebe as respostas dos entrevistados.

O roteiro utilizado nas entrevistas (Apêndice A), buscou compreender a percepção dos servidores sobre a integração dos serviços, da atuação dos serviços, contato existente entre os serviços, CMB como serviço inovador/diferente de outros já existentes, a CMB como facilitador do encerramento do ciclo de violência, além de compreender dificuldades observadas e coletar sugestões para o serviço. Essas questões se relacionam aos objetivos da pesquisa. Neste roteiro, existem perguntas cuja respostas tinham eram objetivas também com espaço para respostas livres.

No que se refere ao objetivo específico de relacionar a atuação da CMB às diretrizes e protocolos de atendimentos de atendimento do Programa Mulher, Viver Sem Violência, este se propôs a olhar os serviços existentes e deles construir uma visão do conjunto do que é ofertado na casa. Este objetivo é extremamente complexo, uma vez que nem tudo pode ser tão facilmente definido ou observado. Existem informações que não podem ser coletadas, ou não se limitam a afirmar que são ou não cumpridas. Uma imersão de algumas semanas não poderia caminhar com tantas certezas sobre o trabalho da CMB. Desta forma, optou-se por acrescentar ao objetivo informações obtidas por servidores durante as entrevistas, observações dos dados e acompanhamento realizado na imersão.

4. Diagnóstico da Política Pública

Esta seção contém três partes principais de categorias que estão diretamente relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa. A primeira parte é a discussão dos dados de atendimento da CMB de 2015 a 2017.

A segunda parte analisa a atuação da CMB em Brasília e sua relação com as diretrizes gerais e protocolos de atendimento da Casa da Mulher Brasileira. Esta seção discute as competências do Governo Federal e do Distrito Federal.

Na última seção é realizado uma análise sobre a integração dos serviços especializados considerando as redes de Políticas Públicas.

4.1 Dados de Atendimento na CMB de 2015 a 2017

Uma das principais dificuldades de atendimento identificadas na CMB é a ausência de um sistema eletrônico de coleta dos dados das mulheres que se reportam a Casa, e de acesso a todos os serviços, que permita uma qualificação e posterior análise destes dados. A CMB caminha para o encerramento do seu terceiro ano de existência e, desde da inauguração, não existe um sistema eletrônico para os servidores. A ficha dos serviços gera um prontuário completamente manual que pode estar mais vulnerável a perda e danos.

São muitas as razões que demonstram a importância de se implantar um sistema eletrônico na CMB. A Entrevistada E apontou a dificuldade de acessar os dados das mulheres que já foram atendidas. Hoje, existe uma planilha (em Excel) sendo elaborada na Casa com informações de períodos anteriores como uma forma de tentar evitar que alguma informação se perca, porém, é possível que durante esse período alguma informação já tenha se perdido do banco de dados da Casa, que, inclusive, não está totalmente publicizado. Existem poucos dados sobre o atendimento que foram publicados no relatório de gestão 2015-2016 de forma parcial (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

As diretrizes da Casa preveem a existência de um porta-voz para organizar os dados e informações, que são sigilosos, fazer as divulgações e facilitar o trabalho da imprensa. As diretrizes definem a Convenção de Belém, IV Conferência Mundial sobre as Mulheres das Nações Unidas como as fontes de embasamento legal sobre a produção de dados e estatísticas de violência contra as mulheres e a sua importância. (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2015). Além disto, a própria Lei Maria da Penha prevê em seu artigo 8º, inciso II, como uma das diretrizes de políticas públicas:

a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar

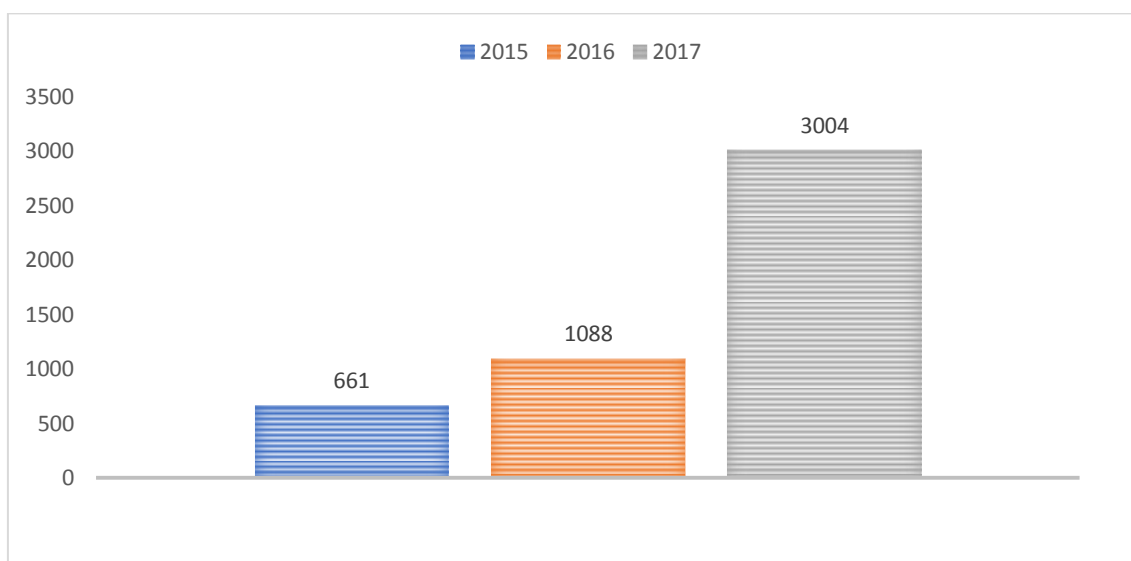
contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas (BRASIL, 2006).

No relatório de Gestão de 2016, é apontada a perda de muitos dados de atendimento e resistência de fornecimento de informações por alguns órgãos, por não existir um sistema que respondam as diretrizes. A Secretaria de Política para as Mulheres não se opôs à criação de um sistema pela CMB, caso tivesse meios de fazê-lo, porém houve apenas uma reunião com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) até a data do relatório com propósito de expansão de um sistema já utilizado no serviço social para a Casa, porém como existe uma iminência de separação das secretarias não existe a garantia de que haverá continuidade nesta proposta (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

Segundo as diretrizes, há uma previsão de relatórios mensais e anuais com as informações a serem recolhidas pelo sistema que como disposto anteriormente traçariam número de atendimentos/notificações e ocorrências em cada localidade, perfis da vítima, de seu agressor (quando conhecido) e relação da violência com os filhos

Os números dispostos no Gráfico de Atendimentos das Mulheres são uma projeção dos atendimentos, ações e projetos realizados na CMB, e foram informados durante a residência pela Gerência de Serviços Administrativos. Considerando que a ausência do sistema provoca falhas consideráveis de registros e perda de informações. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

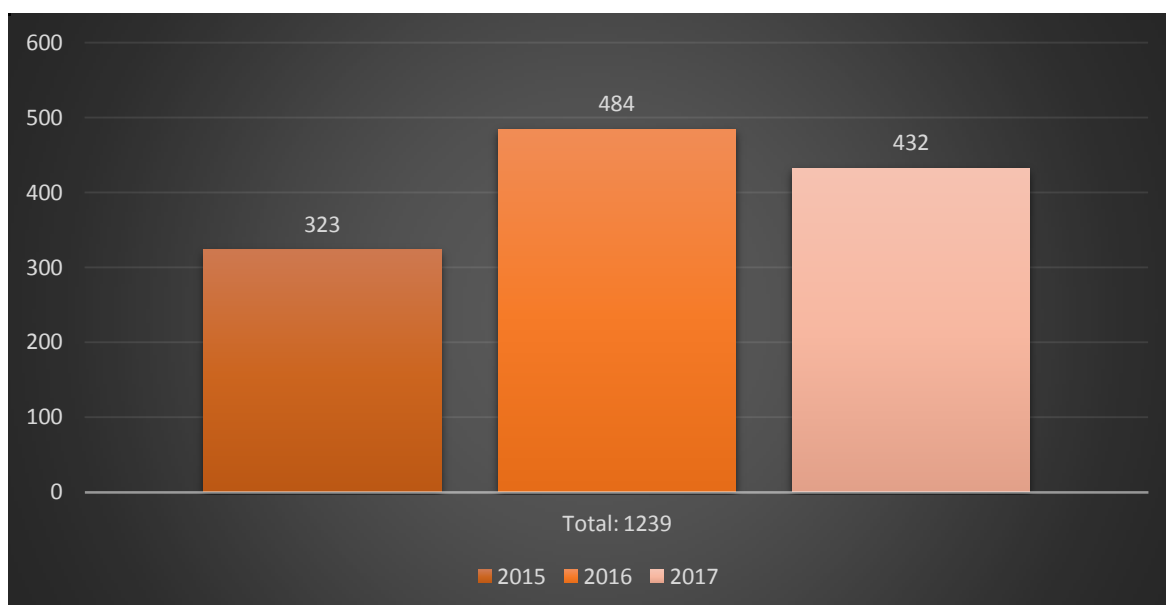
Gráfico 1 - Atendimentos das Mulheres CMB (2015-2017)



Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Os números de mulheres atendidas em 2015 e 2016 se referem a primeira vez na unidade sem repetição. O que significa que os números não representam todos os atendimentos que foram realizados na CMB no período de sua abertura até o final do ano, já que uma vez na estrutura as mulheres passam pelos outros órgãos que compõe o serviço. Em 2017, houve uma mudança que passou a contabilizar os números de cada atendimento recebido. Os números compilados no gráfico de 2017 se referem aos meses de janeiro a setembro.

Gráfico 2 - Atendimento Psicossocial



Fonte dos dados: fornecidos pela Gerência Administrativa da Casa. Gráfico: elaborado pela autora.

Os dados de 2017, deste gráfico 3 se referem aos meses de janeiro a setembro. O psicossocial é o serviço por onde as mulheres costumam passar com maior frequência, é a porta de entrada para os demais. Nele é feito um trabalho de fortalecimento para que a mulher prossiga com os demais passos que possam ser necessários ao seu atendimento.

É notória a necessidade de um sistema que possa receber vários dos dados de entrada das mulheres e com uma definição clara e padronizada para que os dados sejam igualitários e possam ser comparados. Hoje os dados dos atendimentos são gerados no prontuário de papel o que prejudica dentre outras coisas a celeridade do atendimento além de pressupor uma repetição do ocorrido por parte da vítima.

Nas diretrizes constam que o sistema de atendimento a ser implementado na

Casa teria uma proposta inovadora ao unir informações e estatísticas em um único banco de dados, diferente do que é realizado hoje, onde cada serviço possui o seu próprio tipo de coleta de dados e as suas formas de uso. A ausência de um sistema na casa rompe com que é proposto pelo Programa Mulher, Viver Sem Violência e pelas próprias diretrizes, uma vez que se tem uma fragmentação da trajetória da vítima e que pode fazer com a mesma repita a situação de violência e trauma ao reportar novamente a situação em serviços diferentes. O que poderia ser evitado em um sistema que fosse acessível a todos os serviços da Casa e de onde o prontuário fosse montado eletronicamente. Assim, a mulher em situação de violência não teria que reportar os locais por onde passou, informações não seriam perdidas e a situação de violência não seria revivida ao ser reproduzida em atendimento.

4.2 A atuação da CMB em Brasília e sua relação com as diretrizes gerais e protocolos de atendimento da Casa da Mulher Brasileira

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres e o Programa Mulher, Viver Sem violência são os delimitadores legais da Política da Casa da Mulher da Brasileira (WAISELFIZ, 2015).

Todas as ações citadas neste capítulo têm por base os marcos legais e os objetivos das diretrizes e protocolos de atendimentos em referência a serviços e protocolos de atendimento, exemplificando o cumprimento ou não das mesmas.

A Criação da Casa da Mulher Brasileira é a primeira estratégia de ação citada no Programa Mulher, Viver Sem Violência. A CMB tem por objetivo ser:

um espaço de acolhimento e atendimento humanizado e tem por objetivo geral prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência, o empoderamento e a autonomia econômica das usuárias (SPM, 2015).

A CMB Brasília, seguindo as diretrizes, constitui a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, configurando-se como parte da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. No Distrito Federal, os serviços prestados na casa integram a rede especializada de atendimento às mulheres vítimas de violência em Brasília que, atualmente, conta com 41 promotorias especializadas do Ministério

Público, 19 juizados e varas especializadas de violência contra a mulher, DEAM, Núcleo Especializado da Defensoria Pública, Casa Abrigo, três Centros especializados de Atendimento Às Mulheres (CEAM), nove Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDs) (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

As Diretrizes Gerais da Casa da Mulher Brasileira são:

1. Corresponsabilidade entre os entes federados
2. Caráter democrático e descentralizado da administração
3. Transversalidade de gênero nas políticas públicas.
4. Reconhecimento da diversidade de mulheres.
5. Compromisso com a sistematização dos dados relativos à violência contra as mulheres e aos atendimentos prestados.
6. Transparência dos atos públicos
7. Laicidade do Estado
8. Garantia da igualdade de direitos entre homens e mulheres

O prédio da CMB Brasília localiza-se na 611 Norte, via L2 Norte, Asa Norte. Foi reportado por dois dos entrevistados que o local possui seu acesso dificultado para as mulheres que vêm de transporte público (poucas linhas de ônibus direto das cidades satélites, local ainda desconhecido) e com falta de acessibilidade para mulheres com dificuldades de locomoção. Apesar disso, a parada de ônibus fica a aproximadamente 5 minutos de caminhada da CMB. A estrutura atende à premissa que versa sobre aconchego e segurança para oferta do atendimento humanizado no que se refere ao silêncio, serenidade, e cuidado que os funcionários têm na casa.

Foi possível observar durante a pesquisa de campo que as visitas e acompanhamentos realizados na CMB se deram em situação de respeito, profissionalismo e afeto com as mulheres que chegavam.

A estrutura arquitetônica da CMB Brasília atende às referências nacionais das diretrizes, conforme pode ser visto na Ilustração 1. A casa possui em sua fachada as cores verde, lilás e amarelo. O estofado da casa e recepção são predominantes lilás. A cor lilás é conhecida por ser uma cor que remete ao feminismo e ao combate da violência de gênero.

Ilustração 1 – Fachada da Casa da Mulher Brasileira em Brasília



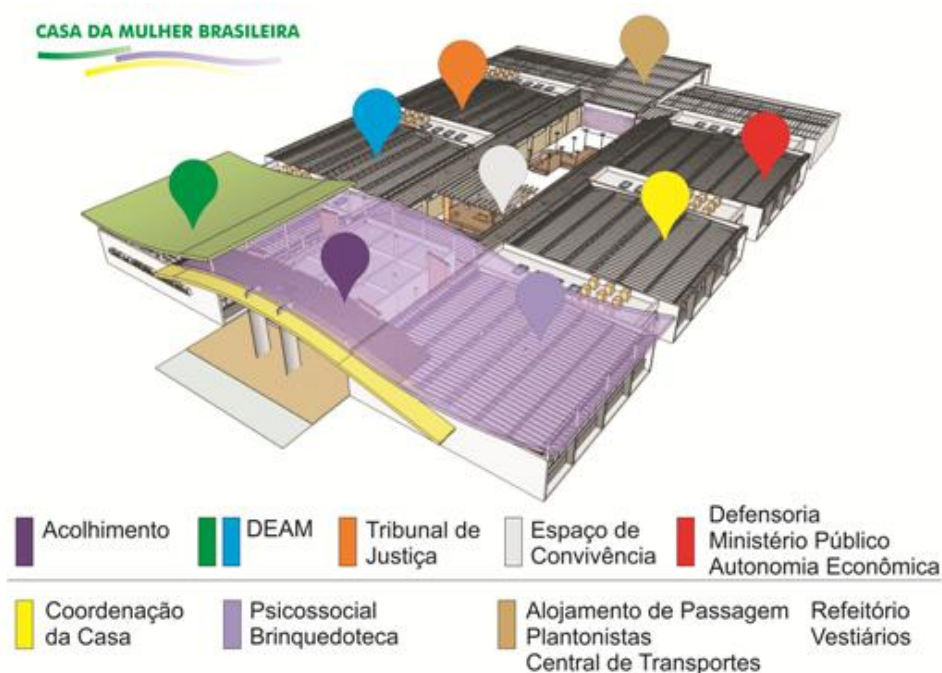
Fonte: SECRETARIA DE POLITICA PARA AS MULHERES, 2005 / Foto: Leo Rizzo

A Ilustração 2, mostra o infográfico¹ com a disposição de cada serviço dentro da estrutura, também previsto nas Diretrizes. Na CMB de Brasília existem pequenas diferenças, como a mudança do bloco laranja para uma parte não delimitada na imagem, próximo ao alojamento de passagem; em Brasília, a DEAM encontra-se no bloco verde. Os blocos azul e laranja apresentaram rachaduras e outras danificações estruturais que não permitem o seu uso, por isso, desde a inauguração da casa, embora o prédio seja novo e tenha custado R\$ 7,6 milhões ao Orçamento Geral da União, o local sofre com a interdição destes espaços (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

O bloco azul serviria para o funcionamento do Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica (PROVID), da Polícia Militar do Distrito Federal, que prestaria seus serviços junto aos demais já existentes, porém, não existe previsão nas diretrizes para a existência do serviço de Polícia Militar.

¹ Infográfico é uma ferramenta que serve para transmitir informações por meio imagens, desenhos e/ou outros elementos gráficos

Ilustração 2 – Infográfico Disposição dos Serviços Especializados, CMB.



Fonte: SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2015

Considerando o Distrito Federal como ente federativo atípico que não possui municípios em sua organização, a responsabilidade da CMB é de competência do Governo do Distrito Federal através da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). Portanto, não é uma parceria entre as três esferas federativas (federal, estadual e municipal). Foi firmado um convênio entre a União, por meio da SPM com o GDF por dois anos: de 13/05/2015 a 13/05/2017 (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

Na estrutural organizacional da SEDESTMIDH, a CMB está inserida na Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, porém sua atuação é independente de outras coordenações.

A Gestão da CMB é baseada no sistema de compartilhamento das responsabilidades. Este compartilhamento é dividido entre o Colegiado Gestor, Coordenação Compartilhada e Gerência Administrativa (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016). Esta composição estrutural foi reportada também por uma gestora e por outros servidores entrevistados, sendo possível compreender o funcionamento da

coordenação, conforme a Ilustração 3.

No bloco da Gerência Administrativa (amarelo) encontra-se a Gerência de Assuntos Administrativos da Casa da Mulher Brasileira, disposta conforme imagem:

Ilustração 3 - Organograma da SEDESTMIDH



Fonte: Governo do Distrito Federal, 2016.

A coordenação da Casa possui duas Gerências (Assuntos Administrativos e Serviços). A Gerência de Assuntos Administrativos é responsável por três núcleos de operacionalização da casa de forma geral e de assuntos relacionados a assuntos externos. Enquanto a Gerência de Serviços coordena os núcleos de atendimentos em funcionamento na casa que inclui o psicossocial, recepção e acolhimento e a brinquedoteca.

As diretrizes preveem que as Casas tenham 10 serviços especializados como disposto na figura 4. Estes serviços, conforme abordado, não estão previstos em sua totalidade na CMB Brasília.

Figura 4 – Serviços Especializados da CMB



Fonte: Diretrizes e Protocolos de Atendimento Casa da Mulher Brasileira.

Dentre os serviços previstos pelas Diretrizes, atualmente na CMB funcionam os serviços de Recepção, Acolhimento e Triagem, Promotoria Especializada, Defensoria Especializada e Autonomia Econômica, conforme será visto nos subcapítulos a seguir.

4.2.1. Recepção, Triagem e Acolhimento

As diretrizes² preveem que os atendimentos da CMB sejam 24 horas por dia e todos os dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, porém o serviço em Brasília funciona de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 20:00³. Os atendimentos da DEAM, Tribunal de Justiça, Defensoria e Ministério Público acontecem de 12:00 às 19:00. Isto acontece pela interdição de dois blocos do prédio (azul e laranja) que mesmo tendo sido entregue apenas dois anos atrás (2015) apresentaram problemas de estrutura e falta de servidores (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

Ao entrar na CMB, as mulheres são atendidas na recepção. Foi reportado pela Entrevistada D (2017), Chefe da Recepção, a importância deste trabalho para a Casa, uma vez que este é o primeiro contato das mulheres com os serviços e é necessário que

² IBDEM

³ Relatório da Gestão.

elas se sintam acolhidas, seguras e confiantes de que poderão romper seu ciclo de violência. A Recepção tenta o preenchimento de uma ficha completa com o máximo de informações que permitam compreender quem é aquela mulher e quais violências ela sofreu. Porém, a ficha não é de preenchimento obrigatório, desta forma as mulheres ficam livres para dar as informações que sentirem confortáveis.

Da recepção as mulheres são encaminhadas para um serviço de triagem. Este serviço é realizado por uma assistente social ou psicólogo que vai buscar compreender quais ou qual violência a mulher está passando. O psicossocial é formado por duas equipes uma composta por servidores da casa (assistentes sociais/psicólogos) e outro do CEAM (Centro Especializado de Atendimento à Mulher). Essas duas equipes se revezam nos atendimentos. Posteriormente quando as vítimas retornam aos acompanhamentos são essas equipes as responsáveis pelas atividades grupais e individuais de terapia. O serviço de Acolhimento, por intervenção de escuta qualificada e de postura ética, procura a compreensão a situação de violência vivenciada pela mulher e suas queixas, demandas e necessidades imediatas. Além de orientar a mulher sobre os serviços da Casa, o serviço de acolhimento tem a função de realizar articulações com outros setores da rede de atendimento para a melhor resolubilidade do caso em pauta (Entrevistada E, 2017).

Durante a triagem é verificada a necessidade de um atendimento de saúde, que como previsto nas diretrizes não é oferecido dentro da casa. Caso seja necessário a mulher é conduzida pelo serviço de transporte da CMB para o Hospital Regional da Asa Norte por ser o hospital público mais próximo com o maior número de serviços e também compor a rede especializada de enfrentamento à violência contra a mulher no DF. Porém, se a mulher chegar a casa em situação muito grave ela é socorrida pelo SAMU (Entrevistada E, 2017).

A Triagem constitui parte do acolhimento e busca - junto com a mulher - as possibilidades de enfrentamento e os encaminhamentos necessários para o atendimento integral e humanizado. A equipe do serviço de Recepção, Acolhimento e Triagem deve ser qualificada para: (1) organizar a ordem de espera por atendimento; (2) registrar os dados pessoais, informações sobre a violência e a necessidade apresentada; (3) realizar o acolhimento humanizado de pessoas em situação de violência; e (4) encaminhar ao setor adequado (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2015).

Ilustração 5 - Concepção dos Atendimentos.



Fonte: Diretrizes e Protocolos de Atendimento Casa da Mulher Brasileira

As diretrizes da CMB (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2015) baseiam os atendimentos na concepção que está contida na ilustração 5. Cada um destes principais deve ser observado por todos os serviços especializados integrantes.

4.2.2 Serviço de Promoção da Autonomia Econômica (SPAЕ)

Denominado a “porta de saída” da CMB e do ciclo de violência, o Serviço de Promoção da Autonomia Econômica foi fundado no segundo ano de funcionamento da Casa (2016). A principal proposta deste serviço é tornar a mulher capaz de romper a situação de violência (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 2015).

A Secretaria de trabalho do GDF e Senado Federal são alguns exemplos de convênios que recebem indicações do SPAЕ encaminhamento para o mercado de trabalho. O Senado, por exemplo, possui uma reserva de quadro de seus funcionários terceirizados para mulheres com capacitação que estiveram em situação de violência e precisam de oportunidades de recolocação no mercado de trabalho. Atualmente, três mulheres que passaram pelo SPAЕ estão no quadro de funcionários terceirizados (Entrevistada A, 2017).

O SPAЕ foi apontado, de forma espontânea, como importante para o trabalho

que é desenvolvido na casa por 4 das 6 entrevistadas. Ele foi apontado como um diferencial do serviço da CMB e como extremamente importante ao que propõe.

A Entrevistada A (2017) afirma sobre que:

A proposta maior do SPAE é que a mulher se reconheça como um ser produtivo, um ser que pode ser inserido no mercado, que pode ter uma formação profissional e a partir daí ela ser encaminhada e inserida ao mercado de trabalho. Elas percebem muitas vezes que o mercado formal não é interessante para elas, muitas delas percebem que com a dinâmica familiar que possuem é melhor elas investirem em uma área de empreendedorismo, como cabelereira, prestar um serviço.

Em relação às diretrizes e à realidade do trabalho, a Entrevistada A (2017) disse:

A gente tira um pouco da angústia delas de acharem que ao se separar do marido elas não vão conseguir se sustentar. Muitas dessas mulheres já são responsáveis pela administração de suas casas, mas elas realmente acham que a renda do marido é responsável pelo sustento da casa, mas quando elas param e colocam isso no papel, na verdade o marido não contribui em nada com aquela renda. São sensibilidades que uma diretriz não te dá, mas a sua experiência profissional na área sim. É preciso sentar com os especialistas que estão lá e tentar encaminhar tudo em conjunto.

O quadro a seguir é um quantitativo das capacitações que foram realizadas na CMB em 2016 e suas respectivas áreas.

Quadro 2 - Capacitações do SPAE por área



Fonte: Relatório da Gestão GDF, 2016.

A maior parte das capacitações constitui cursos de curta duração que podem conduzir a uma rápida absorção no mercado de trabalho. Em 2016, foram realizados 165 destas capacitações mesmo com o SPAE contando apenas com uma servidora. Apesar disto, ele é percebido pelos servidores da Casa como uma das principais razões para que as mulheres consigam se livrar da situação de violência e encerrar o ciclo de

dependência financeira com os agressores.

4.2.3 Brinquedoteca

A brinquedoteca recebe as crianças enquanto as mães recebem os atendimentos necessários. Esse serviço foi incluído para possibilitar que mulheres com filhos e/ou cuidadoras possam buscar os atendimentos sem expor a criança ao depoimento de violência e também para que se evite que a criança replique em algum local de violência algo que ouviu em um atendimento.

Este serviço recebe crianças de 0-12 anos, assim como previsto nas diretrizes. Extremamente limpo e bem cuidado com uma grande quantidade de brinquedos, móveis confortáveis para sentar, televisão e alguns outros equipamentos eletrônicos. Existe uma copa grande que serve ao propósito de alimentar crianças que ficam por um longo período na casa.

O profissional que está na brinquedoteca também possui o dever de reportar e verificar a necessidade de algum tipo de atendimento sobre violência, além de zelar pela sua higiene e cuidado.

Tendo em vista os aspectos observados percebe-se que a CMB tem uma relação de atenção às diretrizes e protocolos de atendimentos que são possíveis de visualizar desde a disposição dos serviços até a forma com que eles são prestados. Todas as servidoras entrevistadas informaram que tinham conhecimento deste documento e de sua aplicação, além disto todas visualizaram alguma dificuldade, em maior ou menor, escala de falhas da CMB em relação ao seu cumprimento.

A DEAM está provisoriamente fechada, isto é prejudicial para a responsabilização do autor, uma vez que dentro do atendimento, a mulher pode sair fortalecida para a denúncia, porém ao ser encaminhada para a DEAM da Asa Sul, que fica a vários quilômetros, a mulher pode desistir, mudar de ideia, ser novamente ameaçada e isso acaba prejudicando o trabalho que é feito. Além disto, a mulher acompanhada de um profissional da Casa pode sentir mais empoderada e segura. Estas informações podem ser acompanhadas na afirmação da Entrevistada C:

O fato é que a DEAM não está aberta, posso te afirmar hoje que esse é o maior problema que a gente tem. A proposta da casa é unificar os serviços para que a mulher tenha acesso a todos eles de uma só vez. A Casa está sendo muito solicitada conosco, por exemplo, eu atendo uma mulher que é caso de DEAM. Não tem DEAM. Via de regra a casa nos fornece o carro para levar essa mulher, mas a gente sabe que vai existir um momento que não vai ter o carro, que não vai ter o motorista. Enfim a mulher tem esse trajeto daqui até lá para pensar, ela pode receber um telefone e mudar de ideia, e hesitar em

fazer o registro da ocorrência então não é legal. Então, quando a gente está aqui e eu acabei de dar essa informação para esta mulher ou até vou pessoalmente com ela até a DEAM isso tem um peso, quando a gente põe ela em um carro para ir ou ela vai por conta própria tem um peso. A gente percebe isso nos retornos posteriores da vinda dela aqui, porque geralmente elas não vêm só uma vez.

A falta de um sistema eletrônico de informações foi explorada no capítulo anterior. Foi reportado por 4 entrevistados a necessidade de ampliar o serviço para 24 horas por dia, diferente do que acontece hoje. E com isso permitir a utilização do alojamento de passagem pelas mulheres que necessitarem de abrigo.

4.3 Integração dos Serviços especializados na estrutura da CMB-Brasília com a perspectiva de Rede de Políticas Públicas

Como explicitado no referencial teórico, alguns problemas são complexos e de grande magnitude para serem limitados a uma única esfera governamental ou a um órgão/setor específico. Este é o caso do problema da Violência Doméstica no Brasil: uma violação de direitos humanos grave, cujo reflexo incide em altas taxas de agressões e feminicídios. É necessário que haja esforços de várias esferas governamentais/não governamentais para enfrentar à violência de gênero e assistir às mulheres vítimas.

A fim de investigar os conceitos de Redes e de Integração dos Serviços Especializados da Casa, segundo o referencial teórico de Redes de Políticas Públicas e de Redes de Políticas Públicas no Enfrentamento à Violência contra a mulher, foram entrevistadas servidoras de cada um dos serviços especializados na Casa – excetuando a DEAM, que está provisoriamente fechada – com objetivo de compreender, a partir de suas falas e trabalho, o entendimento delas sobre a articulação dos Serviços.

A casa possui um número pequeno de servidores no quadro efetivo, segundo informações da gerência da casa são apenas 26 servidores e 5 estagiárias. Não foi possível obter a informação do percentual da quantidade de servidores por sexo, mas a percepção que se tem da casa é de que praticamente a maioria do quadro é de mulheres. Isso pode se dar pela questão da confiança que elas passariam, uma vez que boa parte da violência doméstica vem de parceiros e familiares homens (Entrevistada E, 2017).

Para facilitar a compreensão dos atores envolvidos nessa rede será apresentada a figura 6 informando todos os atores e respectivos serviços atualmente em

funcionamento na CMB, que está em dissonância dos previstos nas diretrizes.

Figura 6 - Mapa de Atores



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa

O Quadro 3 descreve as formações profissionais dos servidores entrevistados e sua principal área de formação.

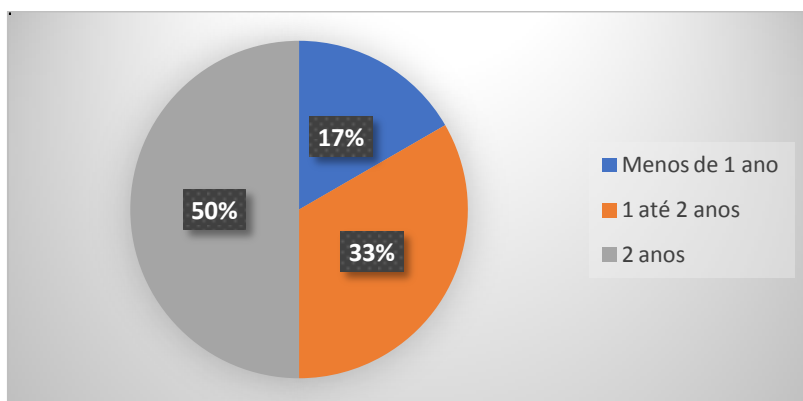
Quadro 3 - Formação Profissional dos servidores

Formação Profissional	N
Administração	1
Assistente Social	2
Pedagoga	1
Ciências Biológicas	1
Psicologia	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa

A formação profissional das servidoras é bem diversificada incluindo várias áreas. Todas as entrevistadas possuem nível superior completo e 5 ingressaram em carreiras específicas de assistência social de seus órgãos enquanto 1 ocupa função de confiança na chefia de um serviço.

Gráfico 3 - Tempo de atuação na CMB



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa

Metade das servidoras entrevistadas estão na casa desde sua inauguração, mais de 2 anos, e isso é refletido em seus apontamentos sobre as necessidades de novos conhecimentos do que existe e é ofertado na casa. Em algumas entrevistas foi apontado assim de que a CMB ainda é uma política muito recente que necessita de uma construção contínua e conjunta de aprimoramento e amadurecimento.

A entrevistada B (2017) sobre o curto tempo desde de sua inauguração:

adequadamente articulados é uma perfeição que não existe. Ela (*em referência a casa*) precisa de um amadurecimento político, dos servidores, do serviço em si... falta de algum amadurecimento que pode ter relação com o tempo do serviço e é até esperado. Faz parte da construção, a gente só vai colher alguns resultados mais concretos talvez daqui a uns 5 anos. Uma política pública precisa de um tempo para dar bons resultados.

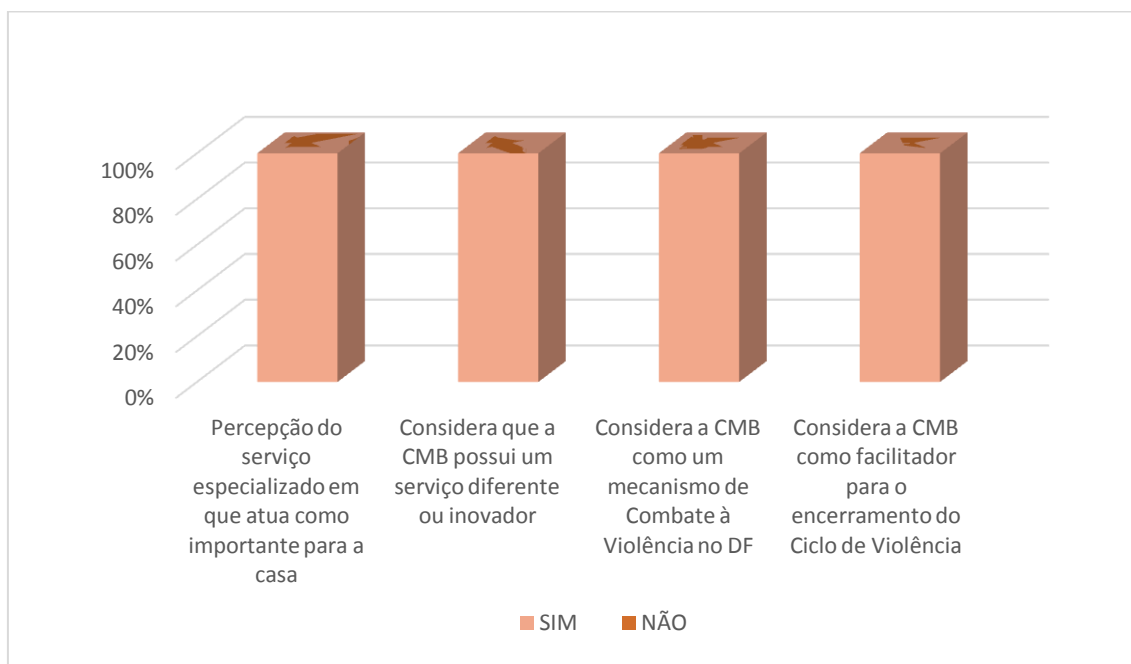
Os dados de respostas que puderam ser objetivas convergiram integralmente às mesmas percepções. As servidoras dos serviços de triagem/ recepção, psicossocial, administrativo, SPAE, Defensoria e Justiça percebem que os serviços que integram como importantes para a totalidade do que é ofertado pela casa.

As servidoras consideram que a CMB possui um serviço diferente e/ ou inovador em relação a outros que já são ofertados e que as mesmas têm conhecimento. Esta pergunta foi incluída no roteiro de entrevista, já que o diferencial e inovador na proposta da CMB se refere a uma rede que está estruturada dentro de uma única estrutura física do serviço.

Novamente todas as servidoras concordaram que a Casa da Mulher Brasileira é um mecanismo de combate à Violência no Distrito Federal. A Casa tem um trabalho de enfrentamento à violência que é mais palpável no núcleo do TJDF que atua com

enfrentamento da violência.

Gráfico 4 - Importância de Atuação da CMB e percepção do Serviço



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa

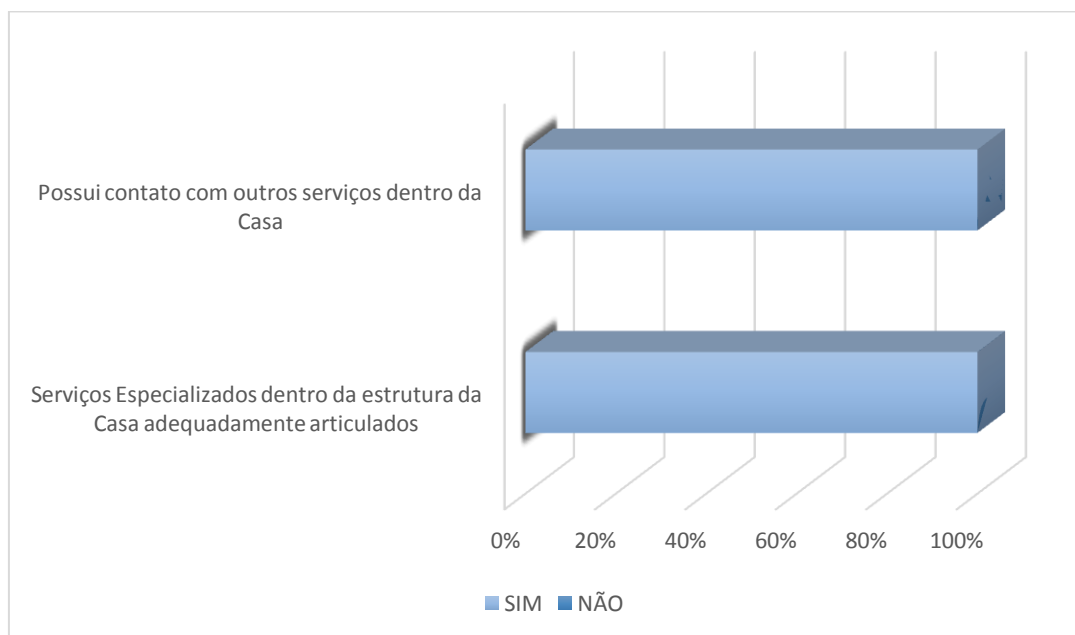
Sobre a articulação dos serviços especializados na CMB todas as servidoras entendem que os serviços estão adequadamente articulados.

A Entrevistada A (2017) sobre a este ponto:

A gente tenta trabalhar em uma perspectiva de horizontalidade, desta forma não tem ninguém que manda mais que ninguém. É claro que existe uma organização na parte administrativa para condução dos trabalhos, mas estamos todos no mesmo nível. Esse é o sentido.

A partir das respostas foi possível perceber que os servidores não se enxergam maiores ou menores hierarquicamente dentro da casa, o que colabora para uma organização que é proposta pelas diretrizes de horizontalidade e de serviços que se integram e colaboram uns com os outros, mas que não superiores ou inferiores.

Gráfico 5 - Articulação dos Serviços Especializados CMB



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa

Todas as entrevistadas citaram que possuem contato com todos os outros serviços existentes da casa. Isto demonstrou que a questão da estrutura física comum permite uma desburocratização do diálogo e o atendimento conjunto com maior facilidade. A entrevistada B (2017) comentou sobre isto:

O bom da Casa é que é tudo muito perto, a gente está muito junto em todos os sentidos. E essa questão física de estarem todos os órgãos aqui, justiça, promotoria, delegacia, psicossocial e a parte administrativa da Casa. Isso facilita muito a comunicação. Não tem tanta burocracia. Por exemplo eu preciso de algo na defensoria pública, eu posso ir até lá, é meu *vizinho*. Vou até lá e converso. Os casos podem ser resolvidos com mais facilidade, claro que existe as questões de formalização, mas a mulher já vai ser atendida. Estar próximo facilita tanto os atendimentos quanto a comunicação.

No que se refere à percepção das servidoras sobre a articulação adequada dos serviços, todas as entrevistadas novamente concordam que esta articulação existe, algumas apontaram necessidades pontuais de melhoras, mas as respostas foram 100% de concordância que existe uma articulação que é adequada.

É notório que os serviços têm um alto grau de diálogo e que o serviço vai além de apenas uma existência física da rede: os serviços estão conectados de forma maior. Eles conseguem dialogar, se percebem como hierarquicamente iguais e necessários para o conjunto do funcionamento.

Embora seja uma análise complexa de ser realizada, é possível perceber que o esforço do desenvolvimento de estratégias que possibilitem às mulheres seu empoderamento e autonomia é uma realidade da CMB. Porém, é necessário que a SEDESTMIDH ou a SPM cumpra com a maior brevidade o compromisso de implantação do sistema de coleta de dados, previsto nas Diretrizes, para que as trajetórias das vítimas não sejam descritas de forma fragmentada, como pode acontecer atualmente sem um sistema. Não tornar as mulheres revitimizadas durante os atendimentos nos dos serviços por uma ausência de um sistema que receba as informações na recepção e acolhimento.

5. Considerações finais

A Casa da Mulher Brasileira em Brasília é única no que se propõe: integrar atendimentos e serviços de combate à violência doméstica dentro da mesma estrutura física. A estrutura das Casas é algo inovador, do posto de vista de encerramento da rota de martírio das mulheres em busca de atendimento, acolhimento e justiça. A CMB é estruturada em uma forte base legal que trata da multidisciplinaridade e do esforço de uma rede já existente.

Percebe-se que o projeto de expansão da Casa da Mulher Brasileira nas grandes capitais não tem avançado, isto pode demonstrar um reflexo da agenda do governo do presidente Michel Temer e da extinção do Ministério da Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, tornando a SPM parte vinculada do Ministério da Justiça.

A previsão era de implantação de 27 Casas no Brasil, atualmente existem apenas a CMB Brasília, Curitiba e Campo Grande. Não existe facilidade na busca por informações de possíveis novas unidades, o que é preocupante, já que os pactos, a Lei Maria da Penha e as convenções nacionais e internacionais das quais o Brasil é signatário preveem políticas públicas de serviços em redes.

A CMB Brasília tem potencial, inovação, estrutura e localizações adequadas para ser um mecanismo de combate à violência doméstica no Distrito Federal. O objetivo geral desta pesquisa foi alçando quando traçou e elencou as principais ações do serviço, a maneira pela qual a sua atuação pode fomentar o enfrentamento da violência de gênero no DF concluindo que a CMB já é uma referência de atendimento no DF. O seu serviço conta com o diferencial de outros no enfrentamento e no atendimento, que é uma forma de enfrentar a violência em uma rede para romper o ciclo de violência na busca por atendimento. Isso pode ser visto, à medida que uma mulher sai em busca dos serviços especializados da CMB e encontra resposta do Estado por meio de seus serviços para romper com esse ciclo, zelar pela sua segurança e promover sua saída da dependência financeira do agressor.

Essa investigação trouxe algumas respostas quanto ao objetivo específico de coletar os dados dos atendimentos de 2015-2017. Notou-se que eles são incipientes e não demonstraram a totalidade do que aconteceu nos atendimentos da CMB pela dificuldade de coletar dados sem um banco ou sistema; as informações obtidas neste relatório foram poucas e foram as únicas possíveis de comparações. O objetivo

específico da comparação dos seguimentos das diretrizes e protocolos de atendimentos com o que é feito na CMB é de uma grande dificuldade de análise uma vez que nem todas as respostas estão postas claramente e de que a teoria se afasta da realidade muitas vezes quando os problemas e dificuldades de implementação chegam.

As análises das entrevistas permitiram a compreensão de que os servidores percebem a importância da existência da CMB Brasília e de sua atuação. E que existe um nível alto de percepção de integração entre eles. Ao mesmo tempo, que elas notam que são uma rede horizontal, onde não existe a dominância nem superioridade de serviços.

Porém, mesmo com todo o potencial e trabalho executado até aqui a CMB possui entraves que dificultam o seu funcionamento nos moldes nas diretrizes e de todos os marcos legais que se refere à falta de comunicação dos serviços por meio do sistema eletrônico de informações que pode levar a vítima a repetir e a se constranger novamente com as memórias da violência. E o não funcionamento de toda a estrutura e serviços dentro do horário 24 horas por dia e todos os dias da semana.

Além das observações feitas a partir da pesquisa de campo, foi possível perceber a importância de ouvir dos servidores sobre as dificuldades que eles encontravam no trabalho da CMB e suas sugestões para o serviço. Desta forma, esta pesquisa propõe as seguintes recomendações para a atuação na CMB:

- 1) Contratação e ampliação do quadro de servidores. Esta ampliação permitiria um possível aumento dos serviços prestados, além de colaborar com outras sugestões a exemplo do funcionamento 24 horas e abertura dos serviços que não estão vigorando. Os servidores poderiam vir de carreiras específicas do GDF e os outros órgãos poderiam ampliar o seu quadro de funcionários;
- 2) Funcionamento 24 horas da Casa e de todos os seus serviços, alguns só funcionam na parte da tarde, diferente do previsto pelas diretrizes;
- 3) Implementação imediata de um sistema eletrônico de sistematização e compartilhamento de dados por todos os serviços da Casa, que permita analisar os dados a partir da confecção de relatórios mensais, semestrais e anuais que poderiam vir a ser suporte para melhorias, monitoramento e avaliações da política; A ficha de atendimento das vítimas permite traçar um grande número de informações que poderiam ser utilizadas em formulações de novas estratégias e políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Informações que incluem: cidade, idade, tipo de violência (Apêndice B);

- 4) Abertura do alojamento de passagem para permitir que as mulheres sejam acolhidas pelo prazo previsto (até 72 horas). O alojamento poderia ser utilizado, inclusive, para que a mulher descanse durante um período entre um atendimento e outro;
- 5) Reforma e abertura dos blocos interditado para utilizar o espaço de forma integral e adequada. Incluindo para que a PMDF funcione com o PROVID conforme expectativa do GDF;
- 6) Melhoria da divulgação da Casa, com mais ações nas cidades satélites e em parceria com outros órgãos;
- 7) Transporte em horários específicos da Rodoviária do Plano Piloto para a CMB realizada pelo serviço de transporte. Esta ação reduziria os custos de chegada para as mulheres além de servir as mulheres com dificuldades de locomoção e com crianças;
- 8) Abertura de atendimento de saúde na CMB com a criação de um serviço de saúde mental além de um serviço de saúde para pequenos procedimentos e equipe ginecológica;
- 9) Ampliação do SPAE, com o aumento de servidores para ampliação do serviço. Aumentar a quantidade de convênios e contratos que permitam um maior número de mulheres acessando o serviço, com possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

É importante que novas análises sejam feitas sobre a CMB Brasília e as outras casas espalhadas pelo Brasil. Torna-se necessário ouvir as demandas dos gestores dos serviços, das usuárias e a da população para que a política se desenvolva e atenda suas propostas em um esforço coletivo da rede que a integra.

Esta pesquisa esbarrou em dificuldades como a falta de sistematização dos dados, pouco tempo de implementação da Casa e, especialmente, a dificuldade de quantificar certas informações que são extremamente subjetivas e não são passíveis de uma análise mais detalhada, até pelo tipo de atendimento que é prestado e envolve mulheres em situação de vulnerabilidade e fragilidade.

Apesar de existirem necessidades de adequações, a proposta da CMB tem um diferencial: possuir em sua estrutura física vários serviços especializados que dialogam entre si e têm a mesma finalidade. A CMB tem servido ao enfrentamento da violência doméstica no Distrito Federal. As redes de políticas públicas de atendimento às vítimas de violência são cada vez mais necessárias para evitar situações de interrupção de atendimentos, revitimização da mulher e falta de resposta do Estado sobre as violências causadas pelo machismo e patriarcado.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 de agosto de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.086 de 30 de Agosto de 2013. Institui o Programa Mulher, Viver Sem Violência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 de agosto de 2013. Edição Extra. Seção 1. P. 1.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais Femicídio**: Investigar, Processar e Julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2015**: Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/SPM_Ligue180_Balanco2015.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Livreto Casa da Mulher Brasileira**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb/livreto-casa-da-mulher-brasilia.pdf>>. Acesso em 21 de junho de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa Mulher, Viver Sem Violência - Casa da Mulher Brasileira: Diretrizes Gerais e Protocolos de**

Atendimento. Brasília-DF, 2016. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.** Rio de Janeiro: Lumen Yuris, 39-63. Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_3_criacao-e-aprovacao.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Redes e Governança das Políticas Públicas.** Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, Edição nº 01, julho de 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/9126>>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. **Violência contra mulheres:** Reflexões teóricas. Revista Latino Americana Enfermagem 2006 nov-dez, 14.

Entrevistada A. Entrevista VI concedida à Jéssica Giuliana. Brasília, outubro de 2017. 01 arquivo. Mp4 com duração de 15m e 30s.

Entrevistada B. Entrevista II concedida à Jéssica Giuliana. Brasília, outubro de 2017. 01 arquivo. Mp4 com duração de 19m e 52s.

Entrevistada D. Entrevista IV concedida à Jéssica Giuliana. Brasília, outubro de 2017. 01 arquivo. Mp4 com duração de 15m e 5s.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2017.

HOWLETT, Michel; RAMESH, M.; PERL, Antony. **Política Pública, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Relógio da Violência.** Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, V. et al. **O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos.** Psicol. Soc. vol.23 no.2 Florianópolis, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200021>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

NASCIMENTO, Lucidalva M. **Violência doméstica e sexual contra as mulheres: algumas reflexões sobre uma questão complexa**. Biblioteca Virtual CLACSO, 2000. Disponível em <biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/pesqui/lucidalva.rtf>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Existe violência sem agressão moral?** Rev. bras. Ci. Soc. vol.23 no.67 São Paulo, 2008. Disponível em <<http://ref.scielo.org/mggrd9>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação de Violência contra a Mulher**. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. IN: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. **O Estudo da Política: tópicos selecionados**. Brasília, Paralelo 15, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial**. Athenea Digital - 12(3): 237-254, 2012. Disponível em <<http://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-schraiber-pires-hanada-etal>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Balanco 1º Semestre 2016**. Disponível em <http://www.spm.gov.br/balanco180_2016-3.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

SILVA, Luciane Lemos et al. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. Interface (Botucatu) vol.11 no.21 Botucatu, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SILVA, Pedro Luiz Barroso et Melo Marcus André de Barros. **O processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. NEPP- Unicamp, 2000.

SOARES, Amanda Nathale, et al. **O diário de campo utilizado como estratégia de ensino e instrumento de análise do trabalho da enfermagem**. Rev. Eletr. Enf.

[Internet]. 13(4): 665-70; Out/Dez, 2011. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v13/n4/v13n4a10.htm>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

TAQUETTE, Stela R. (Org.) **Mulher Adolescente/Jovem em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1ª Edição. Brasília-DF, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

APÊNDICE

A) Roteiro para Entrevista Semiestruturada Casa da Mulher Brasileira

Nome:

Idade:

Gênero:

Local, data e bloco da entrevista:

- 1) Qual a sua formação profissional?
- 2) Que cargo o (a) senhor (a) ocupa atualmente na Casa da Mulher Brasileira? A quanto tempo ocupa este cargo?
- 3) Descreva brevemente a atuação do seu serviço especializado. (Incluindo a que esfera governamental que está relacionado)
- 4) Como o senhor/senhora percebe o seu serviço especializado para o bom funcionamento da CMB?
- 5) Considera que os serviços especializados dentro da estrutura da casa estão adequadamente articulados?
- 6) Possui contato com outros serviços dentro da casa? De qual tipo?
- 7) Considera que a Casa da Mulher brasileira possui um serviço diferente ou inovador em relação a outros já existentes?
- 8) Entende a CMB como um mecanismo de combate à Violência Doméstica no DF?
(Geral)
- 9) Percebe a CMB como um facilitador para o encerramento do ciclo de violência?
(vítima)
- 10) Considerando as diretrizes da CMB e os protocolos de atendimento da CMB quais principais dificuldades que o/a senhor/a percebe neste serviço (CMB)?
- 11) Acrescentaria algo ao serviço? (em termos de estrutura da casa/ das redes de enfrentamento/ programa mulher, viver sem violência)

ANEXO

B) Ficha de Atendimento - RECEPÇÃO

FICHA DE ATENDIMENTO RECEPÇÃO				
Bloco I. CONTROLE ADMINISTRATIVO	Nº de Identificação na Casa da Mulher Brasileira:			
	Data de entrada: / /	Horário da entrada: __:__:__	Dia da Semana: D S T Q Q S S	
	Nome Completo:			
	Nome Social:			
	Está retornando à CMB: 1 - Sim 2 - Não			
	Foi atendida há menos de 30 dias: 1 - Sim 2 - Não 9 - Não se aplica			
	Retornou em função de violência já acompanhada pela Casa? 1 - Sim 2 - Não 9 - Não se aplica			
Bloco II. INFORMAÇÕES PESSOAIS	Por quais (quais) serviços a mulher é acompanhada na Casa? 1 - Apoio Psicossocial 2 - DEAM 3 - Promotoria Especializada 4 - Defensoria 4 - Juizado Especializado 5 - Autonomia Econômica			
	Data de nascimento: / /		Idade:	
	Possui algum tipo de deficiência? 1 - Sim 2 - Não 3 - Ignorado		Se sim, qual tipo de deficiência? 1 - Auditiva 2 - Física 3 - Mental 4 - Visual 5 - Outras deficiências _____ 99 - Ignorado	
	RG:	Órgão expedidor:	CPF:	
	Natural de (município):	UF:	Nacionalidade:	
	Nome da mãe:			
	Raça/cor: 1 - Amarela 2 - Branca 3 - Indígena 4 - Parda 5 - Preta 9 - Ignorado		Gestante: 1 - 1º Trimestre 2 - 2º Trimestre 3 - 3º Trimestre 4 - Idade gestacional ignorada 5 - Não 6 - Não se aplica 7 - Ignorado	
	Orientação sexual: (opcional) 1 - Assexual 2 - Bissexual 3 - Heterossexual 4 - Lésbica 9 - Ignorado		Identidade de gênero: (opcional) 1 - Cisgênero 2 - Intersexo 3 - Transexual 4 - Travesti 9 - Ignorado	
	Estado civil: 1 - Casada/união estável 2 - Divorciada 3 - Separada 4 - Solteira 5 - Viúva 6 - Outro 9 - Ignorado			
	Escolaridade: 1 - Sem escolaridade 2 - Ensino fundamental incompleto 3 - Ensino fundamental completo 4 - Ensino médio incompleto 5 - Ensino médio completo 6 - Ensino superior incompleto 7 - Ensino superior completo 9 - Ignorado			
	Renda média mensal individual: 1 - Não possui renda 2 - Até meio salário mínimo 3 - Mais de meio até 03 salários mínimos 4 - Mais de 03 até 05 salários mínimos 5 - Mais de 05 até 10 salários mínimos 6 - Mais de 10 salários mínimos 9 - Ignorado			
	Ocupação:			
	Endereço:			
	Número:	Complemento:	Município:	UF:
	Telefone 01:		Telefone 02:	
Bloco V. TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA	Tipo da violência sofrida: 1 - Assédio moral 2 - Cárcere privado 3 - Física 4 - Institucional 5 - Moral 6 - Negligência/Abandono 7 - Patrimonial 8 - Psicológica 9 - Sexual 10 - Tentativa de Assassinado 11 - Tráfico de Seres Humanos 12 - Outro _____ 99 - Não se trata de violência			